

→ FH não vai aumentar seu salário com o novo teto

Presidente manterá vencimentos de R\$ 8.500, que continuarão sendo a referência para o Executivo

• BRASÍLIA e SÃO PAULO O presidente Fernando Henrique Cardoso avisou ontem, por intermédio do porta-voz Georges Lamazière, que não aumentará automaticamente seu próprio salário, de R\$ 8.500, quando for fixado o teto salarial do funcionalismo federal. O teto para salários dos servidores federais dos três Poderes deverá ser fixado em R\$ 12.720, segundo acordo entre o Palácio do Planalto e o relator do projeto na Câmara, deputado Vicente Arruda (PSDB-CE).

O salário do presidente serve como referência para os demais salários do Executivo.

Um ministro de Estado ganha R\$ 8 mil. Por essa regra, nenhum funcionário do Executivo deveria ganhar acima desse valor, mas muitos servidores conseguiram na Justiça o direito de terem vencimentos até maiores que o do próprio Fernando Henrique. Por isso, mesmo que o presidente não aumente o seu salário com a fixação do teto, os funcionários poderão garantir na Justiça reajustes com base no teto.

A criação do teto para os servidores está prevista na reforma administrativa, mas até hoje não foi colocada em prática porque não havia acordo

entre os três Poderes sobre o assunto. Fernando Henrique sempre defendeu um teto inferior a R\$ 12.720 e chegou a sugerir R\$ 10.800. Pela reforma, o teto deverá ser igual ao vencimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que ganham R\$ 10.800. Mas três ministros do STF desempenham cumulativamente funções junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ganham por isso R\$ 12.720.

Depois de muita polêmica, o Governo concordou em fixar o teto em R\$ 12.720 devido à ameaça dos juízes de entrar em greve no próximo dia 28.

Divergências de interesses no próprio Judiciário poderão retardar um acordo que possibilite a aprovação da emenda do subteto salarial e, como consequência, dificultar uma saída para evitar a greve dos juízes federais e trabalhistas, marcada para o dia 28. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso, que já encaminha junto ao Executivo e Legislativo a reivindicação por reajuste salarial dos federais e trabalhistas, assume agora a condução do pleito dos juízes estaduais, que temem que seus vencimentos sofram redução em razão da mesma emenda.

Na próxima quarta-feira, Carlos Velloso acompanhará os presidentes dos 27 Tribunais de Justiça do país a um encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio da Alvorada. A audiência foi acertada ontem durante uma conversa por telefone entre o ministro e o presidente da República. Pelo texto da emenda do subteto, o subsídio dos juízes estaduais serão fixados por lei de iniciativa dos próprios tribunais, não podendo superar o valor recebido pelo governador.

Ontem, os 2.500 juízes da

Justiça do Trabalho no país decidiram entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 28. A decisão, inédita, foi tomada por unanimidade pelos representantes de 21 das 24 associações de magistrados da área trabalhista, que participaram ontem da assembleia da categoria na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Santa Catarina, em Florianópolis. Além dos trabalhistas, os juízes federais decidiram paralisar suas atividades. A principal reivindicação da categoria é o reajuste salarial, que está atrelado à fixação do subteto salarial.